

OS IMIGRANTES ITALIANOS, O SOCIALISMO

E A PRIMEIRA GRANDE GREVE DE CAMPONESES

Alexandre Hecker¹

A história da imigração italiana para São Paulo, como de resto boa parte do processo imigratório para o Brasil, está intimamente ligada à história da oligarquia cafeeira da República Velha e de seus métodos repressivos para submeter os trabalhadores a uma marcha acelerada para acumulação de capital².

Outros fatores, sem dúvida, além dos estritamente relacionados à proclamação da República e à queda daquele grupo dominante em 1930, marcaram o processo imigratório, mesmo porque seria necessário considerar as razões internacionais para a expulsão de populações inteiras a fim de avançar explicações menos pontuais. Porém, do ponto de vista temporal, sobretudo para o estado de São Paulo, foi em torno destas balizas, 1889-1930, que os principais lances da imigração italiana ocorreram, e os socialistas de São Paulo, liderados por Antonio Piccarolo³, entre outros, participaram deles intensamente.

Evidentemente, a história dos italianos e de seus descendentes na região não se conforma às citadas balizas; entretanto, o que se quer salientar com tal periodização é que ela conheceu uma extensa mobilidade e instabilidade constituída pela chegada, e também partida, de milhares de indivíduos.

Escrevendo em 1922 uma obra dedicada à “colônia” italiana e ao centenário da Independência brasileira, Piccarolo elaborou uma cronologia da imigração italiana contendo três etapas: a primeira, de 1877 a 1895, denominada por ele de “começo” do processo, caracterizada pela vinda de grandes levas de trabalhadores. A segunda, de 1895 a 1905, dita “intermediária”, pois, sempre segundo o autor, continuava ocorrendo a chegada de italianos, mas agora “dividindo a importância” com outras nacionalidades. E a terceira etapa, de 1905 a 1915, quando a emigração portuguesa e espanhola “tendem a ultrapassar a italiana”. Sobre os sete anos que separavam o término do período e o momento da elaboração da periodização, nenhuma palavra. Ou melhor, uma intuição, não formulada abertamente, mas sugerida nos incessantes apelos ao aumento da vinda de emigrantes, esparsos pela obra: o evento estava arrefecendo, perdendo importância!

Na realidade, a emigração italiana para o Brasil só ganhou caráter massivo a partir de 1887. Dessa data até 1902 entraram quase um milhão de italianos, levando a média anual do período a se aproximar da casa dos 60 mil. Antes de 1887, a chegada de imigrantes desta nacionalidade se aproximava de 10 mil ao ano⁴. A competição entre os três principais países receptores de emigrantes italianos – Estados Unidos, Argentina e Brasil –, foi vencida pelo último, durante aqueles dezesseis anos.

No caso brasileiro, esse período caracterizou-se por intensa subvenção ao transporte do emigrante, controlada pelos próprios estados a partir da lei federal de 1894, que deixou São Paulo livre para orientar o fluxo de trabalhadores para o café. Na década de 1890, 85% dos imigrantes em geral do estado de São Paulo foram subsidiados, em contraposição ao período 1914-1927, em que apenas 40% receberam o auxílio, tendo sido extinto o subsídio nesse último ano. Em 1915, um vice-cônsul italiano sediado em Ribeirão Preto justificava a chegada de grandes levas de conacionais no período de 1885 a 1902 pela facilidade com que os fazendeiros eram reembolsados pelas despesas feitas com o transporte de imigrantes.

A facilidade de captação da mão de obra italiana para as fazendas compunha um quadro em que uma série de abusos dos fazendeiros tornou-se comum. Para os imigrantes que trabalhavam nos latifúndios, os problemas se apresentavam de várias ordens: desde a sofrida viagem de duas a três semanas em alto-mar, até as precárias condições de locomoção dentro do país, o desrespeito dos agentes recrutadores com relação à expectativa do imigrante,

a espera na Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo, por um contrato de trabalho nem sempre cumprido, tudo isso somado à faina diária das fazendas para criar uma fonte constante de lamentações. Tal panorama esteve sempre por trás das manifestações de indignação daqueles trabalhadores.

É preciso, entretanto, observar no mundo rural brasileiro, durante o período considerado, que raras foram as oportunidades em que tais manifestações de insatisfação ganharam capacidade de organização e se transformaram em verdadeiros lances de ação política planejada, ou seja, em greves significativas. De certa maneira, entendendo greve como um movimento específico, não confundível com diversos tipos de rebelião ou de manifestação de desagrado – vendo-a como uma ação explícita de recusa coletiva e acordada do trabalho com o objetivo de obter melhores condições de emprego e salário, por meio de pressão exercida sobre os patrões, sobre a população envolvida e sobre as instituições do Estado –, deflagrá-la constituía-se então numa novidade para as relações camponeses/latifundiários no país.

Guerra à greve

Pode-se imaginar que, se as greves de trabalhadores urbanos significavam um caso de polícia para as autoridades brasileiras da República Velha, no campo tornavam-se um caso de guerra: primeiro, pelo seu ineditismo; depois porque colocavam em questão o tradicional mandonismo dos “coronéis”, verdadeiros potentados locais. Tratar a greve como um caso de guerra foi a determinação dos proprietários de terras que, em bloco, organizaram-se para não apenas repelir, mas esmagar as reivindicações dos colonos italianos, em abril e maio de 1913, no importante centro cafeicultor paulista de Ribeirão Preto. A resposta promovida pelos fazendeiros ao considerar a greve um delito aferava-se ao passado, enquanto o movimento dos camponeses italianos poderia representar um passo na introdução de novas regras nas relações de trabalho no campo paulista, isto é, uma crise de modernização se apresentava⁵.

Seguramente, as greves no campo paulista não foram inexistentes, como à primeira vista sugere a ausência de documentação ou de estudos específicos⁶. O próprio Piccarolo, cujo trabalho sobre o assunto, *La fisiologia d'uno sciopero*⁷, se constitui numa das poucas fontes de informação do citado movimento de Ribeirão Preto, além de jornais da época e documentos esparsos, declarou que antes de 1913 houve numerosas tentativas de greve restritas a unidades agrícolas isoladas.

A greve em questão, porém, adquiriu importância singular, não apenas pelo número expressivo de trabalhadores que a ela aderiram, mas pela intolerância e capacidade de organização que ambos os lados envolvidos

demonstraram. O sucesso obtido pelos fazendeiros não estava dado desde o início do movimento.

Apesar da evidente mostra de determinação dos colonos – que, pela primeira vez, paralisaram completamente uma das mais importantes regiões agrícolas do Estado –, não foi possível romper, mesmo que levemente, o campo de força montado pelo “coronel” Francisco Schmidt e outros latifundiários que, no ocaso do movimento, chegaram a reprimir e despedir sumária e exemplarmente centenas de trabalhadores. A derrota imposta aos camponeses nessa ocasião foi além da manutenção da sua precária situação econômica e ganhou um caráter de modelo simbólico para utilização posterior pelos fazendeiros em outros confrontos semelhantes.

Esse movimento frustrado de 1913 foi precedido por uma greve de relativo sucesso no ano anterior, na mesma região. É importante notar que esses dois momentos coincidiram, no nível da conjuntura econômica, com a retomada dos preços internacionais do café, com o aumento do fluxo imigratório de italianos para São Paulo e com o crescimento geral da economia a partir de 1910:

De 1910 a 1914 o afluxo de dinheiro provocado pelos bons preços do café resulta no crescimento urbano e industrial de São Paulo... num clima geral de prosperidade. Esta normalidade é interrompida pela crise econômica de 1914.⁸

Diferentemente do que se pode supor, parece que sempre foi o crescimento econômico, e não a depressão, que impulsionou os trabalhadores a exigirem melhores remunerações e garantias nas sociedades capitalistas em desenvolvimento.

Nessas ocasiões apresentavam-se oportunidades para que os trabalhadores procurassem se mobilizar para obter ganhos relativos sobre o aumento do valor da produção. A outra face desse procedimento – embora as relações entre fazendeiros e trabalhadores não se reduzissem à troca entre trabalho fornecido e salário recebido, já que muitas outras variáveis, tais como meação sobre cereais, cessão de moradia etc., estavam compreendidas no relacionamento – era que, em caso de

[...] flutuações adversas dos mercados internacionais das lavouras comerciais, [aos fazendeiros] sempre era possível buscar nas contrapartidas morador-patrão arranjos que reduzissem o custo monetário do trabalho e, portanto, que contribuíssem para ampliar a margem de lucro.⁹

Com relação a essa greve de 1913 parece ter havido um duplo movimento, pois ao mesmo tempo que os trabalhadores buscavam melhores

salários por compreenderem a conjuntura como favorável, os patrões da região de Ribeirão Preto, conforme denúncia dos defensores da greve, procuravam aumentar seus lucros valendo-se exatamente de práticas como as anteriormente indicadas.

Por outro lado, paralelamente ao campo, também o movimento operário urbano, depois de conhecer uma fase ascensional entre 1905 e 1908, entrara em declínio, tendo retomado uma relativa vivacidade justamente em 1912 e 1913. Entretanto, não é possível correlacionar intimamente a dinâmica do movimento urbano com as greves no campo, pois no interior do estado não atuavam as instituições operárias da cidade, nem havia a presença de organizações específicas dos trabalhadores agrícolas. Não obstante, podem-se perceber pontos de contato quando temas afetavam as duas áreas de trabalho, como a questão da emigração, por exemplo. Nesses casos, via-se a Confederação Operária Brasileira (COB), através d'*A Voz do Trabalhador*, fazer referência ao excesso de mão de obra, aos baixos salários e à conseqüente “rebeldia [que] já penetrou até pelas fazendas”¹⁰. Ou mesmo quando jornais operários divulgavam notícias de eventos reivindicatórios no campo, como *La Battaglia*, que se reportou à greve vitoriosa de 1912 em Ribeirão Preto¹¹. Mas no que diz respeito à organização dos movimentos, aos ativistas responsáveis pelas lideranças, não se pode estreitar a ligação.

Na greve em questão, esse afastamento entre os dois universos do trabalho, o campo e a cidade, contrastava com as ações coordenadas do grupo politicamente dominante, cuja identidade de interesses ultrapassou não apenas barreiras criadas pela dedicação a setores diferentes da economia, como também limites geográficos e étnicos. Em uma análise ampla do comportamento das elites em São Paulo, Warren Dean observou que

[...] as diferenças de perspectivas entre os donos de fazendas e de fábricas e entre a aristocracia brasileira nativa e o imigrante “nouveau riche” não eram suficientemente grandes para impedir a formação de uma identidade burguesa generalizada, que a todos abarcava como empregadores, proprietários e membros da elite regional.¹²

Embora a articulação entre os poderes estadual e local não ocorresse sem dificuldades, a rede de relações oligárquicas dominava todo o cenário econômico-político do Estado. A união de diversas camadas do grupo dominante num conjunto relativamente homogêneo correspondia, no nível dos trabalhadores, a uma difusa consciência da inevitabilidade da exploração dos patrões sobre os empregados, contribuindo para gerar um estado de aceitação da posição inferior que ocupavam no sistema de produção, só quebrada por

uma ampla gama de conflitos particulares, incapazes de promover reformas estruturais nas relações de trabalho. Aliando-se esse sentimento de inevitabilidade da exploração a toda forma de repressão comumente utilizada no campo, pode-se intuir para o período, e para aquela circunstância, a existência de um panorama pouco propício a reivindicações coletivas. Ainda assim, elas surgiram, desafiando a ação policial conivente com os latifundiários e afrontando o clima de prisão das fazendas, evidenciado pela prontidão dos “capangas do senhor”¹³.

A política imigracionista da oligarquia, que fornecia numerosos braços para substituir os colonos que se indispunham com a fazenda, era percebida direta ou indiretamente pelos trabalhadores, constituindo-se numa forma velada de repressão. Vivendo em uma fazenda na qual frequentemente um trabalhador recém-chegado da Europa podia ocupar o lugar de outro indesejado, devia ficar claro ao colono que o excesso de mão de obra representava a maior arma do proprietário e que a subordinação às exigências patronais era a única forma de permanecer empregado. Acrescente-se a essas razões, que limitavam a liberdade de expressão das reivindicações, algumas próprias “da cultura imigrantista”, que fazia com que o indivíduo se apresentasse absorvido pela possibilidade, viável para uma minoria, de conquistar a propriedade de alguns hectares de terra após anos de trabalho na fazenda. Daí a disposição para uma vida estoica na qual o interesse predominante era adaptar-se ao máximo para tirar todo proveito possível, à custa de severas resignações¹⁴. Como esses trabalhadores muitas vezes eram dispostos isoladamente no que diz respeito à execução do seu trabalho, a dispersão das fazendas entre si contribuía para dificultar a possibilidade de comportamentos políticos coordenados. Nesses casos apenas o interesse econômico poderia provocar ação simultânea, ocorrendo quando o trabalhador acreditava que suas exigências poderiam ser satisfeitas pelos fazendeiros, isto é, em épocas de crescimento econômico. De toda a forma, as condições de trabalho dos colonos italianos eram de molde a colocar a hipótese de explosão de conflitos a toda a hora:

A maioria dos observadores italianos que inspecionaram as condições de vida e trabalho de imigrantes na virada do século comentou os métodos arbitrários usados pelos fazendeiros para reduzir os custos do trabalho, tais como barracões nas fazendas, confisco da produção, medidas fraudulentas para a pesagem do café, retenção dos salários e multas injustificadas.¹⁵

Apesar da experiência já adquirida por trabalhadores industriais urbanos em São Paulo, também em boa parte italianos e de suas palavras de ordem no sentido de unir as lutas da “classe trabalhadora”, os documentos

disponíveis não autorizam supor a existência de um programa de visitas sistemáticas de suas lideranças ao campo. Mas se tentativas semelhantes eventualmente ocorreram, parece não terem deixado marcas significativas tais como planos organizados de ação para proteção de seus contratos de trabalho, ou mesmo ensaio de formação de instituições que os representassem coletivamente. Não obstante, os próprios trabalhadores rurais demonstraram relativa dinâmica reivindicatória, cuja culminância foi representada pelos movimentos de 1912 e 1913 em Ribeirão Preto, negando a teoria historiográfica da sua passividade apenas quebrada por explosões messiânicas.

A fisiologia da greve

O primeiro movimento abrangente ocorrido em Ribeirão Preto foi o de 1912, para o qual os colonos se organizaram cuidadosamente, não adotando “o sistema de cabeças ou chefes, porque isso seria reduzir à miséria ou à perseguição alguns dos membros mais caros dessa união. Procedeu-se por grupos de quatro a cinco famílias, de acordo com a amizade desses grupos”¹⁶.

As manifestações ocorreram a partir de fins de abril e começo de maio, como, aliás, iria repetir-se no ano seguinte, justamente porque nessa época de colheita do café o momento era propício, já que além de os fazendeiros necessitarem de toda a mão de obra possível, eram obrigados a ceder, caso contrário a produção permaneceria inaproveitável e os compromissos assumidos sobre ela, insolúveis. Os socialistas da capital liderados por Piccarolo definiram esse movimento – e outro promovido pelos colonos de Bragança, em 1911 – como uma espécie de ensaio para a grande greve de 1913, que reuniu mais de 10 mil colonos em várias fazendas¹⁷.

Em 1912, os colonos de Ribeirão Preto obtiveram algum sucesso, tendo os salários de trato do café e de colheita recebido um aumento relativamente modesto. Os líderes operários de São Paulo que analisaram o movimento acreditaram que o mais importante fora “terem fundado os alicerces de um grande edifício”¹⁸ por meio da demonstração de união. Nesse aspecto, a frustração do ano seguinte foi absoluta e não se tem notícia de que outros movimentos de colonos em São Paulo, até o fim da República Velha, tenham sido inspirados por esse acontecimento em Ribeirão Preto.

Assim, a greve de 1913 marcou o movimento trabalhador em São Paulo, mas foi um marco negativo, de derrota, e não “embrião para futuras lutas de colonos ou para a organização do trabalhador do campo”, como asseverou um estudo sobre o tema. Diferentemente disso, um importante estudo de Verena Stolcke observa que

[...] os fazendeiros haviam aprendido a se organizar contra qualquer ameaça por parte dos trabalhadores. Haviam resistido com êxito às greves de 1913, e em 1914 os fazendeiros de São José do Rio Pardo, por exemplo, fizeram um acordo para reduzir os salários e boicotar quaisquer trabalhadores suspeitos de estarem em dívida com seu empregador anterior.¹⁹

Esses acordos entre empregadores rurais, entre outras razões estruturais da produção, parecem ter sido tão eficientes que o trabalhador rural, em todo o estado, permaneceu desorganizado e marginalizado mesmo durante a institucionalização dos sindicatos operários na época de Vargas. Os lances mais agudos do processo de modernização no campo teriam ainda de esperar os tempos do segundo pós-guerra.

Dentro da comunidade italiana de São Paulo, e para o público que procurava informações sobre seus compatriotas localizados no Brasil, a defesa de um acordo com os fazendeiros e a explicação da “inoportunidade” da greve foi tarefa do socialista reformista Antonio Piccarolo, da mesma forma que no início daquele mesmo ano ele fora uma das únicas vozes a defender o aumento da emigração pela instituição da linha direta de navegação entre Brasil e Itália. Não obstante, *La fisiologia d'uno sciopero* adotava uma linha de defesa de melhores condições de vida para os colonos, valendo-se até mesmo de conceitos socialistas. Entretanto, na época dessa publicação, o autor vivia um idílio com as autoridades políticas de São Paulo e sua *La Rivista Coloniale* retratou isso em vários números, estampando uma galeria de fotos que iam desde o presidente do estado até os secretários e suas obras²⁰.

Reconhecendo logo nas primeiras linhas de *La fisiologia d'uno sciopero* que a greve de 1913 marcou um novo estremecimento nas relações entre Brasil e Itália no que se referia à imigração, isto é, que o Estado italiano estaria ainda mais atento à questão dos maus-tratos dispensados aos colonos²¹, Piccarolo deixava claro que sua intenção ao escrever a obra fora resolver esse *imbróglio*. Para tanto, queria definir e propor um conceito de greve “adequado ao campo brasileiro”, entendendo-se pela expressão um modelo de procedimento que pudesse ser admitido mesmo pelos fazendeiros. Um modelo do qual o “enfrentamento de classes” não fizesse parte, a fim de tentar coadunar interesses opostos e impedir novas ocorrências. Assim, propunha, e para isso valia-se declaradamente de sua experiência política anterior, um tipo de greve que se restringisse a atingir apenas objetivos precisos, econômicos, uma greve “bem intencionada”, isto é, uma greve “como luta na qual se debatem os interesses de duas classes opostas, mas não contrárias, pois o bem-estar de ambas depende da indústria, à qual se aplica o trabalho de uma e o capital de outra”²².

Na análise das causas que originaram o movimento, *La fisiologia* enfatizou, por um lado, a falta de “consciência operária” dos grevistas e a desorganização dos trabalhadores, comum em “países onde a indústria é pequena e onde as classes trabalhadoras são constituídas de elementos provenientes de países diferentes, pertencentes a diversas nacionalidades”. Criticou, também, a disposição do trabalhador que vinha ao Brasil “com a convicção de enriquecer”, frustrando-se quando isso não acontecia. Por outro lado, insurgia-se contra os militantes do jornal *Avanti!*, então seus adversários no campo socialista, que teriam rejeitado sua proposta de educação dos trabalhadores por meio de uma “organização séria, com base em instruções aos organizados e com uma visão clara do ponto aonde se quer chegar”. Esses socialistas, porém, teriam preferido “manter um jornal socialista (!) com subsídios do banqueiro A, do industrial B, do grande comerciante C... a trabalhar no sentido de criar uma consciência proletária”²³.

Deixados assim abandonados, os colonos, sem nenhuma preparação, dotados de uma “consciência infantil”, tomaram-se facilmente inflamáveis por “vozes incertas... que os fazem crer na possibilidade de atingir o paraíso terrestre mediante um acontecimento catastrófico”²⁴. Tratava-se de uma alusão à proeminência das palavras de ordem dos anarcossindicalistas e dos sindicalistas-revolucionários sobre o vazio deixado no campo da preparação dos trabalhadores para a ação “adequada” em busca de seus interesses. O que na verdade Piccarolo propunha era o abandono de propostas de políticas mais gerais para que a greve se restringisse ao estritamente relativo ao trabalho e à produção.

Além dessas considerações sobre a organização do movimento, porém, os socialistas reformistas procuraram até mesmo refutar os possíveis motivos econômicos que os grevistas pudessem alegar para paralisar atividades. Nesse sentido, observaram que o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade nos anos anteriores a 1913 afetara somente os grandes centros urbanos, e que na zona “de Ribeirão Preto desde o período em que foram concluídos os contratos agrícolas (agosto-setembro) até o período em que a greve se manifestou não houve aumento de preço, ao contrário, para alguns gêneros houve diminuição”²⁵.

Acrescentavam ainda que, sendo os colonos produtores de cereais entre as ruas de café, o encarecimento da alimentação não os atingia. Nem lhes parecia argumento ponderável a reivindicação de que os preços em alta do café permitiriam nos últimos anos um aumento de rentabilidade dos empregadores. Para esses adversários da greve, era necessário recordar duas coisas: “Em primeiro lugar, que os colonos já haviam obtido um aumento de certa importância, cerca de 50%, no ano precedente, após as primeiras tentativas de greve”, e depois lhes parecia obrigatório considerar que

[...] nos primeiros meses do ano o preço do café retomou seu curso para baixo a ponto de descer para 5 mil réis, enquanto no ano passado vendia-se a 8... [e] enquanto o país inteiro estava preocupado com a rápida queda do café, os colonos lançaram-se a reivindicar um novo aumento de salário e, não o obtendo, cruzaram os braços.²⁶

Assim, os colonos aparecem no desenho projetado pelos socialistas reformistas não apenas como insensíveis aos problemas vividos pelos fazendeiros, uma espécie de aproveitadores, mas responsáveis por um comportamento incivilizado e antinacional.

Por isso, interpretavam que não existiam motivos reais para uma greve. Ao explicar as quatro formas possíveis de ganho dos trabalhadores – o tratamento do café pago por mil pés, a colheita paga por medida de 50 litros de café recolhido, os trabalhos extraordinários e o produto da plantação de cereais – utilizavam-se do exemplo de uma família de colonos da Fazenda Dumont, cujas economias realizadas em 13 anos de trabalho montavam a 16 contos de réis, excetuando-se os ganhos com serviços extraordinários e com a plantação de cereais. Esse caminho, indicavam, estava aberto a todos: do que, então, reclamar?

Contrariamente a essas posições, encontrava-se não apenas a imprensa do movimento operário urbano, como também um observador associado a uma federação italiana de várias organizações religiosas, que registrou os acontecimentos de Ribeirão Preto: Eugênio Bonardelli. Ele anotou como causa do movimento as dificuldades econômicas sentidas pelos colonos, principalmente o aumento dos gêneros de primeira necessidade, além de irregularidades perpetradas pelos fazendeiros, tais como: a não observação dos “dispositivos de lei que obrigam a ter regularmente as cadernetas dos colonos... em certas fazendas nas quais ocorreram as greves, usam-se ainda medidas (sacos para as colheitas) nada justas”, caracterizando fraude; os fazendeiros nos anos anteriores haviam diminuído em

[...] 10 e também 20 mil-réis a compensação pelo cultivo do café, e de 100 réis por alqueire o salário pela colheita. Na ocasião os proprietários invocaram como desculpa dessas diminuições de salário a baixa dos preços do café, hoje os colonos invocam a alta dos preços dos víveres e a diminuição do produto dos cereais: um só, portanto, deve ser o critério de juízo.²⁷

Uma greve calma

Na análise do comportamento das autoridades estaduais o socialista Piccarolo esmerou-se em provar a correção dos órgãos públicos, observando

que não apenas a greve transcorreria calmamente, mas que, em geral no Brasil, nada havia de semelhante a lamentar como “aqueles episódios sanguinolentos que infelizmente mancham de negro tantas greves dos países europeus e a nossa Itália – particularmente”. Especificamente em Ribeirão Preto,

[...] a greve, ao contrário, se desenvolveu de modo regular, podendo-se dizer, calmo. A Força Pública interveio em grande número na área de greve sob o comando dos delegados de polícia; nos primeiros dias apenas um delegado tentou, através de palavras, intimidar os grevistas para induzi-los a voltar ao trabalho, agitando a lei de expulsão e ameaçando aplicá-la a todos. Mas, afora estas tentativas – comuns às greves e às autoridades de todos os países – tudo transcorreu na mais completa liberdade, limitando-se a Força a fazer respeitar a ordem, como é de seu dever.²⁸

O forte da argumentação daqueles socialistas reformistas estava em encerrar os fatos ocorridos, referindo-se a eles de tal forma que ganhassem veracidade, mas ao mesmo tempo perdessem o caráter de enfrentamento entre uma ordem pública rigidamente marcada pela violência em defesa do sistema latifundiário e o grupo de trabalhadores subordinado a esses interesses.

A questão da repressão à greve foi apresentada por Bonardelli com base nos mesmos fatos, mas nesse caso ficava revelado o caráter de imposição dos interesses patronais:

Uma das características que revestiu as greves foi a calma com a qual os colonos conduziram a sua agitação. Embora premidos pela miséria, eles não passaram a nenhuma violenta manifestação, nem a algum atentado contra a liberdade do trabalho. Não obstante isso, a polícia interveio, chamada por certos fazendeiros não [tanto] pelo temor de ser perturbada a ordem pública, quanto para atemorizar os colonos e induzi-los a desistir da greve. As ameaças que se exerceram na ocasião foram as da expulsão.²⁹

Na análise da atuação do Patronato Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo na greve, fica ainda mais evidente a convergência entre a posição dos socialistas reformistas liderados por Piccarolo e os interesses do Estado em mostrar-se aparentemente equidistante nos conflitos entre capitalistas e trabalhadores. Foi, mais uma vez, a defesa da possibilidade de ampliar a emigração de italianos para o Brasil, já abalada pela extinção da linha de navegação direta, que os impulsionou para observar a excelência das instituições do governo. A greve agora passava a ser modelo de liberdade, pois os colonos haviam podido:

[...] não apenas reunir-se, expor abertamente as suas opiniões e seus desejos, mas fazer propaganda de sua greve... [puderam] expor francamente seus propósitos, mesmo em presença da autoridade, como fez aquele colono grevista da fazenda Dumont que, ao ver descer do trem certo número de soldados, dirigiu-se ao delegado, que estava próximo, dizendo-lhe: “teriam feito melhor se ao invés de soldados trouxessem sacos de farinha”.³⁰

Bonardelli cita exatamente o mesmo fato, porém não se esquece de informar que o colono em questão fora imediatamente preso.

O Patronato Agrícola, não obstante ter sido criado com o objetivo de defender os colonos buscando soluções pacíficas para os problemas trabalhistas, eximiu-se de sua tarefa e julgou conveniente exigir o cumprimento dos contratos assinados pelos trabalhadores em data anterior ao movimento, cujo teor não previa qualquer alteração salarial. Essa posição, que na prática significava um prejulgamento da greve e vinha ao encontro dos objetivos dos cafeicultores, foi apoiada abertamente por Piccarolo, não admitindo até mesmo a legalização do direito de greve:

O Patronato Agrícola é uma instituição legal que tem por obrigação tutelar os interesses dos colonos nos limites da legalidade... As greves são atos fora da lei vigente, atos de constituição econômica e como tais devem exercer-se. Regulá-los seria impossível; pior ainda seria pretender que se sujeitassem a órgãos legais.³¹

Além de terem ferido a legislação, o socialista reformista sugeria que os colonos haviam apresentado um comportamento moralmente reprovável, pois

[...] no momento mais difícil do ano, a vigília da colheita, através de um movimento que aos fazendeiros parecia uma chantagem, os colonos, esquecidos do contrato concluído, cruzavam os braços e reivindicavam um novo aumento.³²

De fato, desde o início do movimento os latifundiários reunidos na fazenda de Francisco Schmidt haviam decidido não fazer concessões aos grevistas, apesar da participação do cônsul geral da Itália em São Paulo, que se dirigiu a Ribeirão Preto a fim de tentar obter recuos de ambas as partes. Pietro Baroli viu-se impotente diante da aliança formada pelos proprietários da região, que receberam o apoio da Sociedade Paulista de Agricultura, sob os auspícios da qual o líder socialista Piccarolo tentava, naquela mesma época, fazer decolar seu projeto de cooperativas para o café.

Embora não seja possível separar dicotômica e ingenuamente as razões econômicas e políticas em processos sociais de disputa como as greves, parece oportuno entender que, se pelo lado dos colonos a greve fora deflagrada por razões mais estritamente ligadas à remuneração de seu trabalho – tendo brotado espontaneamente, e fora da ação de lideranças já acostumadas às lutas proletárias, fossem anarquistas ou sindicalistas-revolucionários –, do lado a recusa dos fazendeiros, em conceder sequer parte das reivindicações, significou claramente uma medida política por excelência. Sua alegação se baseava justamente na violação dos contratos, como Piccarolo evidenciou, mas expressava também o temor de que uma vitória dos trabalhadores, ainda que modesta, poderia colocar em xeque seu sistema de produção apoiado em um alto nível de exploração da mão de obra.

As tentativas de conciliação do cônsul e do vice-cônsul em Ribeirão Preto, dr. Donadio, valeram-lhes a “pecha de socialistas” e únicos culpados pelo movimento. A imprensa ligada aos fazendeiros teceu curiosas analogias entre as reivindicações dos colonos, a posição da imprensa operária e a ação dos representantes italianos:

Esses eminentes corifeus (certos espíritos radicais da imprensa e da política italiana) vivem inabalavelmente persuadidos de que [...] os agricultores do nosso estado se acham no indeclinável dever de submeterem-se às mais despoticas exigências do colono emigrado [...] Não há dúvida de que essa inclinação singular dos italianos de ensaiar o socialismo em terra alheia é sedutora e sobretudo cômoda [...] Mas o sr. Pietro Baroli, na fúria de praticar tal sistema, que os maiorais de sua terra conceberam para a nossa [...] esqueceu-se em Ribeirão Preto de que não era apóstolo de ideias modernas e sim um agente diplomático e, mais, que pelo incitamento de rebeliões do operário contra o patrão [...] os triunfos são difíceis.³³

Pelo seu lado, o representante do socialismo reformista também atacou a imprensa que apoiava os grevistas e, nesse caso, distribuiu sua artilharia tanto à esquerda como à direita, mas sem perder o objetivo em mira. Ao jornal moderado *Fanfulla* acusou de “iludir com balões de oxigênio a esperança dos colonos”³⁴, mesmo quando no 1º de Maio os fazendeiros reunidos e fortalecidos tornavam a greve “irremediavelmente perdida”.

Socialismo versus socialismo

Piccarolo desfechou carga mais pesada e por tempo mais prolongado contra os socialistas do *Avanti!*. Em *La fisiologia*, hostilizou-os abertamente,

procurando caracterizá-los como corruptos e dizendo-se portador de documentos comprobatórios³⁵. Mas essa polêmica não parou por aí, estendendo-se às páginas de *La Rivista Coloniale*. Na edição de 31 de outubro de 1913, depois de ter publicado *La fisiologia*, o líder socialista reformista encarregou-se de responder às acusações do diretor do jornal paulista *Don Chisciotte*, Paolo Mazzoldi, que cobrava dele uma posição pública mais clara sobre a greve de abril/maio em Ribeirão Preto. Apelava então para sua vivência de situações semelhantes na Itália e afirmava jamais ter iludido os trabalhadores como os “socialistas intransigentemente estreitos” que o contestavam. Preferia apresentar a verdade crua, considerando que

[...] não é necessário criar excessivas ilusões nos trabalhadores, atirando-os em direção a ações insensatas e intempestivas... Esta é a minha opinião. Que não agrade ao sr. Mazzoldi é coisa que pouco me comove, como pouco me comove se ele me crê socialista, sindicalista ou reacionário. Eu sou eu.³⁶

Esse desabafo dirigia-se a um público maior do que apenas à pessoa do opositor.

Finalmente, os colonos conheceram a derrota, mediante a dispensa de inúmeras famílias, e o castigo veio sob a forma de encarecimento ainda maior do custo de vida nos anos seguintes. Muitos, ajudados pelo cônsul Baroli, procuraram colocação em outras fazendas, mas como suas cadernetas de trabalho estavam marcadas com o estigma de grevistas – prática comum na época, também em relação a trabalhadores urbanos – eram rejeitados. A solução adotada pelas autoridades italianas no Brasil foi facilitar o repatriamento com a viagem paga para aproximadamente uma centena e meia de trabalhadores. Piccarolo condenou essa medida da autoridade consular, protestando contra o que lhe pareceu um abuso: os colonos, com os “bolsos cheios do dinheiro” ganho nas fazendas, aproveitavam-se da benevolência oficial para tirar férias na Itália. Em sua opinião os ex-colonos saíam cinicamente alegres por terem engabelado o governo italiano³⁷.

Outros analistas, mais próximos dos interesses da oligarquia e, portanto, ainda mais temerosos da ocorrência de novas manifestações de indignação dos colonos, viram na atuação do cônsul a maquinação de novas tormentas: “É notório que prossegue tenazmente, entre os colonos, por meio de pérfidas promessas de repatriação, o empenho oculto dos prepostos de S.S. [o cônsul Baroli] para restaurar, em proporções maiores, o extinto movimento paredista”³⁸.

A defesa da ampliação do processo imigratório, do imigrante italiano como adequado ao trabalho agrícola, dos poderosos da “colônia” e de suas

indústrias, da pequena propriedade como solução para a democratização da posse da terra – por mais que entre si estas lutas pudessem parecer muitas vezes contraditórias – convergia naqueles socialistas reformistas liderados por Antonio Piccarolo no ataque às posições mais radicais do movimento dos trabalhadores. Porém, essas propostas não passariam de uma simples e vulgar justificação da ideologia da dominação urdida e divulgada pela oligarquia paulista, e, portanto, dotadas de uma frágil credibilidade junto ao público italiano e da “colônia”, se não tivessem algum “ideário socialista” como veículo de sua manifestação.

Na verdade, agir assim, na tentativa de estabelecer mediações entre os poderosos empregadores e os carentes imigrantes italianos, parecia aos socialistas reformistas adotar uma espécie de socialismo adequado à conjuntura em que lutavam e viviam. Mesmo porque ir além, ou seja, condenar o tipo de capitalismo que se implantava no campo paulista, parecia-lhes de todo inexecutável, uma quimera. Daí acreditarem que, sendo “realistas” – o que poderia significar para eles mesmos sujeitarem-se às regras do jogo político do momento, as quais deixavam o fazendeiro em posição toda poderosa –, fariam mais pela causa paulatina da busca da igualdade entre os diversos agentes da produção econômica e social.

RESUMO

A história da imigração italiana para São Paulo, como boa parte do processo migratório para o Brasil, está intimamente ligada à história da oligarquia cafeeira da República Velha e de seus métodos repressivos para submeter os trabalhadores a uma acelerada acumulação de capital. O que se pretende neste artigo é apresentar e analisar as forças políticas em jogo naquela que se passou a denominar a primeira grande greve de trabalhadores rurais imigrantes em São Paulo, a greve de colonos italianos, ocorrida entre abril e maio de 1913, no importante centro cafeeicultor paulista de Ribeirão Preto. A resposta promovida pelos fazendeiros, ao considerar a greve como um ato de guerra dos camponeses, provocou resultados muito além da imediata derrota dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE

Imigração; Italianos; Socialismo; Greve.

ABSTRACT

The Italian immigration to São Paulo history, as indeed much of the immigration process to Brazil, is closely tied to the history of coffee oligarchy of the Old Republic and its repressive methods to subject the workers to an accelerated accumulation of capital. The purpose of this article is to present

and analyze the political forces in what is now called first great strike of immigrant farm workers in São Paulo. The Italian settlers' strike occurred in April and May 1913, in Ribeirão Preto. The farmers response to regard the strike as an act of war of the peasants led to results far beyond the immediate defeat of the workers.

KEYWORDS

Immigration; Italians; Socialism; Strike.

NOTAS

¹ Professor de história contemporânea da Universidade Mackenzie, autor de, entre outros, *Um socialismo possível: a atuação de A. Piccarolo em S. Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989; *Socialismo sociável: a história da esquerda democrática em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1998. Contato do autor: fahecker@uol.com.br.

² O presente artigo pretende contribuir para o estudo das lutas pela conquista de direitos pelos trabalhadores brasileiros por meio da análise da diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas, analisando situações históricas concretas de dominação e exploração.

³ Antonio Piccarolo chegou ao Brasil em 1904, para dirigir o jornal *Avanti!*, que congregava diferentes ativistas do socialismo; logo entrou em dissidência e passou a criar seus próprios veículos para defender propostas “socialistas reformistas” e fomentar a imigração de seus compatriotas.

⁴ As informações que serviram de base para a coleta destes dados encontram-se no sítio do Memorial do Imigrante, <http://www.memorialdoimigrante.org.br/portalmi/templates/historico/e6.htm>, acesso em 2 jun. 2010.

⁵ Os estudos sobre “modernização” ocupam toda uma área das ciências sociais; uma aproximação ao tema obtém-se pela consulta ao relativo verbete em BOBBIO, N. *et al.* (Org.), *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

⁶ As informações disponíveis são imprecisas; consultas assistemáticas ao periódico *Fanfulla*, publicado em São Paulo a partir da década de 1870, permitem conjecturar não terem sido infrequentes “as greves” no campo. Para o período posterior a 1913, os dados do Patronato Agrícola registram mais de 100 greves até 1930. Também T. Holloway (*Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 154) acredita que greves de colonos tenham sido comuns porque encontrou muitas referências indiretas. O movimento primordial ocorrido com a “rebelião de dezembro de 1856”, na Fazenda Ibicaba, em Limeira (São Paulo), descrito por Thomas Davatz em sua obra *Memórias de um colono*, não se conforma às balizas conceituais de uma greve “moderna”, tal como anteriormente identificamos.

⁷ São Paulo: Rivista Coloniale, 1913.

⁸ CARONE, E., *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970, p. A6

⁹ GARCIA, A.; PALMEIRA, M., “Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro”. In: SACHS, I. et al. (Org.), *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 50.

¹⁰ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01/01/1913.

¹¹ *La Battaglia*. São Paulo, 18/05/1912.

¹² DEAN, Warren, *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970, p. 88.

¹³ Laura de Melo e Souza, sintetizando o pensamento de Raimundo Faoro (“Raimundo Faoro: os donos do poder”. In: MOTA, L. D. (Org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999), identificou perfeitamente o papel geral da política naquela conjuntura: “Ante as inquietações e os sonhos da camada dominante, o povo permanecia mudo, calado e obediente, sob a influência direta do coronel... A política foi sempre a ocupação dos poucos que comandam a multidão dos analfabetos”.

¹⁴ Sobre a resignação do imigrante à vida dura e sua baixa expectativa em obter imediatos benefícios, o livro *Sull’Oceano*, de Edmondo De Amicis, publicado em 1889, transcreveu a fala de um camponês: “Di peggio di come stavo non mi può capitare. Tutt’al più mi toccherà di far la fame laggiù come la pativo a casa” [“Pior do que estava não vou ficar. De qualquer forma, apenas passarei fome lá, tal como passo aqui em casa.”]

¹⁵ STOLCKE, Verena, *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 63.

¹⁶ *La Battaglia*. São Paulo, 18.05.1912.

¹⁷ *La fisiologia*, op. cit., p. 8

¹⁸ *La Battaglia*. São Paulo, 18.05.1912.

¹⁹ STOLCKE, V. Op. cit., p. 74.

²⁰ Para uma análise dessa relação particular estabelecida entre os socialistas reformistas italianos em São Paulo e a elite, consultar HECKER, A. *Um socialismo possível: a atuação de A. Piccarolo em S. Paulo*. São Paulo: TA Queirós, 1989.

²¹ Em 1902, havia ocorrido um episódio marcante nas relações Brasil/Itália no que se refere à imigração. Luigi Bodio, Comissário Geral de Emigração do Ministério dos Negócios Externos daquele país, dirigido pelo ministro Giulio Prinetti, depois de ler um relatório sobre as más condições de vida e trabalho de colonos nas fazendas de café paulistas, preparado pelo Inspetor de Imigração sediado no Brasil – Adolfo Rossi –, decidiu baixar um decreto proibindo a emigração subsidiada e assim diminuir o fluxo de italianos para o Brasil.

²² HECKER, A., op. cit., p. 4.

²³ *Ibidem*, p. 10 e 11.

²⁴ *La Rivista Coloniale*, 31.05.1913.

²⁵ *La fisiologia, op. cit.*, p. 8.

²⁶ *Ibidem*, p. 10 e 11.

²⁷ Eugenio Bonardelli, *Lo Stato di S.Paulo del Brasile e l'emigrazione italiana*, Torino, 1916. Apud PINHEIRO, P. S.; HALL, M., *A classe operaria no Brasil*, v. I. São Paulo: Alfa-Omega, 1919, p. 118.

²⁸ *La fisiologia, op. cit.*, p. 11.

²⁹ Bonardelli, E., *op. cit.*, p. 125. Em *La Rivista Coloniale*, 31/05/1913, já terminada a greve, Piccarolo assim se manifestou sobre a derrota dos trabalhadores: “Foram vencidos e devem reconhecer que a culpa é sua; a culpa de se deixar levar muito facilmente pelo entusiasmo.” Mas, segundo o mesmo socialista, os colonos podiam ficar contentes com as consequências, pois na Itália teria sido bem pior: “seria de augurar que sempre na Itália as greves se desenvolvessem com a liberdade com que ocorrem neste país.”

³⁰ *La fisiologia, op. cit.*, p. 12. Bonardelli, E., *op. cit.*, p. 119.

³¹ *Ibidem*, p. 15. Bonardelli anota que: “O Patronato Agrícola não tendo levado em conta nem ao menos uma das divergências que surgem entre proprietários e colonos, recusou a sua intervenção com o pretexto de que os colonos, com a greve, violam os contratos agrícolas. As pessoas de bom senso, porém, fazem ver aos dirigentes do Patronato que ele não pode, *a priori*, julgar a greve como uma violação do contrato; o julgamento é emitido, quando muito, pela autoridade judiciária, não por um instituto que tem por fim a tutela jurídica e a assistência social do colono” (*op. cit.*, p. 119).

³² *La fisiologia*, p. 13. Para escrever este trabalho, o líder socialista reformista utilizou informações colhidas junto aos fazendeiros (p. 30). Alguns documentos, como os relativos a proventos e despesas de colonos da fazenda do coronel Francisco Schmidt, parecem ter sido entregues a ele como uma deferência especial (p. 26), já que não eram de procedência pública.

³³ *A Gazeta*. São Paulo, 27/05/1913.

³⁴ *La fisiologia, op. cit.*, p. 16.

³⁵ *Ibidem*, p. 5.

³⁶ Os anarquistas foram isentados destas críticas. Em *La fisiologia, op. cit.*, p. 5, afirmava-se que eles eram “os únicos verdadeiramente lógicos neste movimento”. Talvez os anarquistas não fossem vistos nessa ocasião como opositores porque sua participação fora nula, ou quase, no acontecimento.

³⁷ *La fisiologia, op. cit.*, p. 27. Em contraposição à imagem otimista dos repatriados, *A Gazeta* (São Paulo, 27/05/1913) observava que se não fosse o cônsul Baroli “os infelizes explorados que por aí perambularam trapejantes e mestos, oferecidos em acintoso espetáculo nas vésperas da repatriação, teriam conseguido um aumento de remuneração no trabalho de acordo com as suas necessidades”. Note-se que antes

de querer criticar as más condições de vida dos trabalhadores, o jornal – por razões nacionalistas – buscava incriminar o cônsul.

³⁸ *A Gazeta*, São Paulo, 27/05/1913.